

A República Federal da Alemanha e a política colonial do Estado Novo no início da década de 1960

Ana Mónica Fonseca

Procuramos neste artigo abordar as relações luso-alemãs de um ponto de vista particular: através de declarações de algumas personalidades políticas ligadas à esfera cristã-democrata, por isso mesmo próximas do governo alemão, ilustraremos a posição destas perante a política colonial portuguesa no início dos anos 1960. O que pretendemos é analisar como era visto o regime do Estado Novo e como esta visão se reflectia nas relações entre Portugal e a Alemanha Federal. Para isso, e depois de uma breve análise da evolução política da RFA, descrevemos o contexto em que a cooperação entre Portugal e a Alemanha Federal se desenrolou. De seguida apresentamos alguns exemplos de afirmações públicas relativas à situação colonial portuguesa, que enfrentou no período aqui referido a sua maior provação: o deflagrar das guerras coloniais.

A República Federal da Alemanha no pós-guerra

Dado as suas características geográficas e estratégicas no contexto da Guerra Fria – a Alemanha tornou-se, depois de 1945, «o centro dividido de um continente dividido» – a inserção da Alemanha Federal no bloco ocidental foi essencial para a sua sobrevivência para o seu desenvolvimento enquanto estado de pleno direito. A presença de Konrad Adenauer, líder da União Cristã-Democrata, à frente dos sucessivos governos entre 1949 e 1963 foi determinante para imprimir essa orientação à política externa de Bona. O principal elemento desta política era então a inserção da RFA no bloco Ocidental, baseada em dois pilares distintos. Por um lado, através da participação na Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), na qual a Alemanha entrou pelos Acordos de Paris, em 1955. Por outro lado, pela aproximação à França, no sentido de criar uma harmonia continental na Europa, que tornasse o continente como um parceiro dos Estados Unidos, com quem se relacionariam de igual para igual, e não apenas num território a defender.¹

1. Apesar de já ter alguns anos, o estudo mais interessante sobre a política externa alemã continua a ser de Ash (1994); ver também Haftendorn (2001) e Hacke (2003).

Segundo alguns historiadores, esta decisão de Adenauer poderá ter posto em causa uma resolução imediata da questão da reunificação alemã. Como Wolfram Hanrieder afirma, «inseridos no ocidente, os alemães alcançaram segurança, soberania, prosperidade e a estabilidade da ordem política democrática». Mas o seu sucesso no Ocidente acabou por «afastá-los do Leste e consolidar a divisão do seu país e do seu povo» (Hanrieder 1989: 3). Esta posição de Adenauer foi condicionada por vários factores, entre os quais o espírito fortemente anti-comunista, conservador e cristão que caracterizava quer o Chanceler quer algumas das personalidades mais influentes no seio da União Cristã-Democrata (CDU/CSU). Acima de tudo interessava ao Chanceler o reconhecimento da Alemanha Federal como um país igual aos demais Estados europeus, compreendendo que, para alcançar essa igualdade, tinha que diluir a Alemanha entre os demais estados europeus. Assim se compreende a importância que este político deu à construção europeia, baseada na *bicicleta* franco-alemã.

Portugal e RFA: dois estados aliados

As relações da Alemanha com Portugal ressurgiram no início da década de 1950 sendo que a sua evolução ficou marcada pela percepção que os responsáveis alemães tinham de Portugal: um país governado há vários anos pelo mesmo homem, Oliveira Salazar, católico convicto e um acérrimo anti-comunista, defensor da integridade do bloco ocidental. De facto, não existiam entraves relacionados com o passado recente da Alemanha, uma vez que Portugal, apesar de uma «neutralidade colaborante» com o regime Nacional-Socialista, tinha acabado por ceder aos aliados um dos seus mais importantes trunfos: os Açores. O estabelecimento de uma base aliada na ilha Terceira, concedida ao Governo Inglês e uma segunda base na ilha de Santa Maria, concedida ao Governo norte-americano, foram marcantes para a vitória aliada na Segunda Guerra Mundial. Porém, o valor do arquipélago continuava a ser determinante no contexto da Guerra Fria.² Os alemães tinham bem presente a importância que a base americana tinha tido para a ponte aérea que permitiu romper o bloqueio soviético de Berlim de 1948-49, como ilustravam os artigos publicados na imprensa alemã, pela ocasião da comemoração dos 25 anos do Estado Novo em 1951. De acordo com estes artigos, existiam não só laços políticos e estratégicos entre os dois países; um determinado sector da direita conservadora alemã tinha de Salazar e do seu regime uma opinião favorável, quer no que dizia respeito aos princípios constitucionais do Estado Novo,

2. Para uma análise mais detalhada da importância estratégica dos Açores para Portugal cf. Rodrigues (2005).

quer em relação às políticas postas em prática pelo Presidente de Conselho. Especialmente apelativa para este sector era a concepção de um Ocidente cristão representado por Salazar. Procurando uma «terceira via» entre o Comunismo e o Socialismo, por um lado, e o Liberalismo e o Capitalismo, por outro, este grupo aspirava a uma re-cristianização da Europa, para a qual viam no Estado Novo de Salazar o exemplo ideal.³ Esta leitura de Portugal e do seu regime reflectia-se não só em algumas publicações,⁴ mas também no discurso oficial dos governantes alemães, nomeadamente do próprio Adenauer. Numa entrevista concedida ao *Diário Popular*, em finais de Maio de 1953, o Chanceler afirmava que admirava as qualidades de Salazar enquanto político «extraordinariamente cauteloso», que tinha a capacidade de «analisar as correntes da política mundial». Era, na opinião de Adenauer, desejável que Portugal se aproximasse do ainda jovem movimento europeu, uma vez que era «um dos principais detentores da herança europeia, nomeadamente da cultura cristã-ocidental». Dois anos mais tarde, em 1955, Adenauer expressou novamente a sua admiração pelo Presidente de Conselho português. Numa Conferência de Imprensa com jornalistas portugueses, o Chanceler transmitiu a opinião de que não só Salazar prestava um grande serviço aos portugueses, como também «servia de exemplo a todos os Estados e seus governantes».⁵

Estas declarações públicas foram acompanhadas, ao nível bilateral, pelo desenvolvimento das relações militares entre os dois países, que se revelaram extremamente úteis para Portugal. Despoletada pela adesão da Alemanha Federal à NATO, em 1955, esta cooperação no campo militar começou pelo estabelecimento de uma base de apoio alemã em Portugal. Esta base, em Beja, serviria para o treino de pilotos, especialmente em voos de longa distância.⁶ Como contrapartida ao estabelecimento da Base de Beja, Portugal recebeu da Alemanha Federal planos de armamento que permitiram a produção nas fábricas nacionais de materiais de guerra (nomeadamente da espingarda automática G-3), assim como um compromisso da parte do Ministério da Defesa Federal em como, «em tempo de paz», as fábricas militares portuguesas estariam «ocupadas com encomendas satisfatórias», o que permitiria o funcionamento das mesmas, permanente-

3. *Apud* Zimmerer (2003: 85).

4. Especialmente na Revista *Neues Abendland*. Ver Zimmerer (2003).

5. Citado em *Portugal-Alemanha. Boletim de Informação da Câmara de Comercio Alemã*, 1 (1955), Caderno 2, p. 25.

6. Como se compreenderá, o território da Alemanha Federal era sobrepovoado e tinha território da República Democrática Alemã muito próximo, o que dificultava enormemente o treino de voo com aviões militares a jacto. Chegaram a ser perseguidos aviões da RFA que sobrevoaram os territórios do Bloco de Leste.

mente.⁷ Ou seja, com a realização de encomendas às fábricas portuguesas, ficavam pagos os custos de manutenção do seu funcionamento, de modo que a produção do material militar para o Estado português ficaria muito menos dispendiosa. O Acordo da Base de Beja foi assinado em Dezembro de 1960 pelos Ministros da Defesa de ambos os países, Franz Josef Strauss e Júlio Botelho Moniz.⁸

Porém, os moldes em que se formou a cooperação militar entre Portugal e a República Federal da Alemanha não teriam nada de excepcional não fossem as circunstâncias específicas que enredaram o governo português, apenas três meses após a assinatura deste Acordo da Base de Beja. A política colonial portuguesa enfrentou a sua maior provação a partir de Março de 1961, altura em que deflagraram os primeiros conflitos independentistas no Norte de Angola. Se dúvidas houvesse relativamente à vontade de Salazar em manter o Império pela força, elas dissiparam-se a 13 de Abril, quando, num discurso que ficou para a História, o Presidente do Conselho tornou pública a decisão de «andar rapidamente e em força» para melhor se defender Angola e com ela a *integridade* da Nação.⁹

Apesar de a decisão do governo português de resistir militarmente aos movimentos nacionalistas ter provocado algum isolamento de Portugal na comunidade internacional, a cooperação militar com a Alemanha Federal continuou. Tal facto compreende-se se tivermos em conta os objectivos alemães em Portugal. Confrontada com a política colonial portuguesa de recusar o direito à auto-determinação das suas colónias, a RFA viu-se dividida no que tocava à postura a adoptar. Por um lado, pesava a favor de Portugal a sua importância estratégica para a Aliança Atlântica. Ou seja, a importância de auxiliar um aliado da NATO, com um forte espírito anti-comunista, que dispunha de um elemento essencial para a segurança do Ocidente: os Açores. Simultaneamente, os responsáveis alemães temiam que, em caso de perda do Império, o Estado Novo implodisse, o que levaria a um vazio de poder e à possível presença de um regime comunista em Portugal – uma vez que era a única oposição organizada, apesar de estar na clandestinidade –, o que certamente iria contagiar a vizinha Espanha. Para os alemães, estas ameaças representavam um cerco à Europa, impossível de ser tolerado. Por outro lado, a própria RFA estava a tentar penetrar no continente africano, procurando exercer influência junto dos

7. *Relato das conversações entre SS. EE. os Ministros da Alemanha e de Portugal*, 16 de Janeiro de 1960 – Arquivo Oliveira Salazar (AOS)/Correspondência Oficial (CO)/GR-10.

8. Para uma descrição mais aprofundada das negociações para o estabelecimento da Base de Beja, ver Fonseca (2007: 43-53).

9. *Apud* Nogueira (2000: 244-245).

estados recém-independentes e de todo o bloco afro-asiático. Para além dos interesses económicos, o seu objectivo era evitar que reconhecessem a República Democrática Alemã (RDA) e procurar o seu apoio ao ponto de vista do governo federal nas questões relacionadas com o problema de Berlim, durante as discussões na ONU (o que se tornou mais pertinente a partir de Agosto de 1961, depois da construção do Muro de Berlim).

Assim, perante esta postura paradoxal, a atitude de Bona passou por não adoptar nenhuma posição que contrariasse abertamente a política colonial portuguesa, ao mesmo tempo que se esforçava por evitar tudo o que pudesse ser visto pelos Estados afro-asiáticos como um apoio à manutenção do Império português. Podemos dizer que esta posição do governo da Alemanha Federal acabou por ser altamente favorável ao regime português. Do ponto de vista da cooperação militar, e apesar de algumas hesitações iniciais, Portugal recebeu da RFA armamento, munições e aviões que foram vendidos a preços altamente favoráveis e que foram muito importantes para o desempenho das Forças Armadas portuguesas em África.¹⁰

Já do ponto de vista político, a Alemanha Federal não poderia defender publicamente a política colonial portuguesa. Na verdade, a situação vivida por Portugal a partir de 1961, com o deflagrar da guerra em Angola, causou ao Estado Novo momentos difíceis no plano internacional. A política colonial e a decisão de manter o império pela força provocaram uma série de críticas, não só dos países afro-asiáticos, mas principalmente dos Estados Unidos da América, o principal aliado de Portugal. Durante a Administração Kennedy, os EUA chegaram a votar contra Portugal em palcos tão importantes como o Conselho de Segurança das Nações Unidas, algo que nunca tinha acontecido anteriormente.¹¹ O mesmo pode dizer-se de outros aliados de Portugal na NATO, que tomaram publicamente posições de distanciamento relativamente a Portugal. Por outro lado, qualquer tomada de posição pública defendendo a política ultramarina portuguesa

10. De acordo com um *Memorial sobre Relações Militares Luso-Alemãs*, de 19 de Janeiro de 1968, Portugal recebeu ao longo da sua cooperação com a RFA, um total de 186 aviões (76 aviões DO-27, 70 aviões T-6, 40 aviões G-91 e 4 *Noratlans*) e respectivo equipamento – sendo alguns destes aviões cedidos «a título de empréstimo», outros através de «compra em condições favoráveis» – facilidades na compra de material de guerra variado, «interessando os três ramos das Forças Armadas», possibilidade de produzir nas fábricas nacionais material de guerra diverso e a execução de manutenções e reparações nas OGMA de aviões e meios aeronáuticos das Forças Aéreas Alemãs (FAA), que possibilitou a formação de mecânicos portugueses – *Memorial sobre Relações Militares Luso-Alemãs*, 19 de Janeiro de 1968 – Arquivo Histórico Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHD-MNE), PEA, Proc. n.º 332,30, Maço 337.

11. Para um detalhado acompanhamento das relações entre o Estado Novo e a Administração Kennedy ver Rodrigues (2002).

iria provocar uma avalanche de críticas por parte dos estados afro-asiáticos, já para não falar das consequências que teria do lado dos ocidentais. Porém, apesar de todos estes constrangimentos, não foram raras as vezes que em ocorreram tomadas de posição acerca da política colonial portuguesa por parte de altos responsáveis alemães. Serão esses episódios que analisaremos de seguida.

Os alemães e a política ultramarina portuguesa

São vários os casos em que percebemos que existia de parte de altos responsáveis alemães uma posição favorável ao regime português. Estas personalidades alemãs tinham duas razões principais para tal tomada de posição: faziam-no por se considerarem ideologicamente próximos do regime de Oliveira Salazar, ou por considerarem indispensável para a Europa a manutenção de um regime pró-ocidental na Península Ibérica e, apesar de não concordarem totalmente com a política ultramarina portuguesa, preferiam manter-se próximos do governo português, para melhor controlar a sua evolução. A verdade é que, desde o Ministro da Defesa e membro influente dos Democratas Cristãos, Franz Josef Strauss, ao Presidente do Parlamento Federal, Eugen Gerstenmaier, foram várias as personalidades alemãs que fizeram questão de demonstrar a sua consideração pelo regime e pessoa de Oliveira Salazar, durante aquele que foi o período crítico (e terminal) do colonialismo português.

Em primeiro lugar, salientamos as tomadas de posição do próprio embaixador alemão em Lisboa, Herbert Schaffarczyk. Revelando-se um claro apoiante do governo de Oliveira Salazar, os ofícios do representante alemão chegaram a ser alvo de algumas repreensões por parte do *Auswärtiges Amt*. Em 24 de Janeiro de 1961, o embaixador enviou para o Ministério Federal dos Negócios Estrangeiros um extenso ofício relativo à política ultramarina portuguesa que, por sua vez, deu origem a uma nota do próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão, criticando o teor faccioso do ofício recebido. No texto enviado de Lisboa, «a política portuguesa era julgada de uma forma demasiadamente positiva», limitando-se «a repetir as teses oficiais de Portugal» no que à política ultramarina dizia respeito. Neste relatório, a embaixada partilhava «evidentemente a opinião» com o governo português de que tudo estava «muito bem nas possessões ultramarinas», que a política dos «assimilados» era um sucesso, que as informações sobre confrontos ocasionais se deviam essencialmente a «boatos» e que Portugal estava em condições, ao nível militar, de «reprimir qualquer agitação imediatamente». Esta era uma visão que as autoridades alemãs em Bona conseguiam facilmente contrariar, apenas recorrendo aos ofícios

chegados de Luanda e que, normalmente, eram enviados também para a Embaixada da RFA em Lisboa. Ainda neste contexto, era realçado que tinha sido precisamente na data em que fora escrito o ofício da embaixada alemã em Lisboa que tinha sido tornado público o assalto ao navio *Santa Maria*, o que revelava dificuldades na prossecução da «habitual política ultramarina portuguesa». Logo em finais de Janeiro tornara-se evidente a «conexão entre o caso *Santa Maria* com os episódios sangrentos na Angola Portuguesa», o que só por si desmentia as convicções do embaixador Schaffarczyk. «Com o tempo, Portugal estará em condições de conseguir manter a sua vontade», isto é, a manutenção do seu Império, afirmava o representante alemão em Lisboa. Porém, «depois da experiência que a França e da Bélgica sofreram em África», o *Auswärtiges Amt* esperava da embaixada uma «análise crítica sobre o sucesso que Portugal, com o tempo, iria obter». O próprio documento ministerial avançava com um prognóstico extremamente reservado acerca desta «aventura tipo Argélia» do governo português: era uma «sugestão aflitiva», que o «pequeno Portugal», que não podia contar com a ajuda dos seus aliados, por insistir com a sua política ultramarina, possuísse «a coragem de começar» uma tal aventura. Tal atitude só poderia trazer «ganhos incontáveis ao Bloco de Leste», e nenhuns para o mundo ocidental.¹²

A conclusão que tiramos destes documentos é que, apesar de na sua representação em Lisboa estar colocado um embaixador extremamente favorável à política ultramarina portuguesa, o que poderia ser suficiente para induzir o Ministério federal dos Estrangeiros, este tinha uma opinião diferente sobre a política colonial portuguesa e chamou claramente a atenção do seu diplomata para a necessidade de um maior distanciamento. Por outro lado, percebemos que, apesar de o *Auswärtiges Amt* não desejar o envolvimento de Portugal, um aliado, numa guerra em África, arriscada e perigosa, que envolveria a reputação de todo o Ocidente, também procurou ao máximo preservar a sua posição perante o governo português – e o embaixador Schaffarczyk permaneceu em Lisboa até 1966, ano em que se deu uma mudança de governo em Bona.

Durante a sua visita a Lisboa em Maio de 1961, apenas dois meses depois dos primeiros confrontos no Norte de Angola, o Ministro da Economia e Vice-chanceler alemão Ludwig Erhard, eximiu-se de prestar declarações relativas directamente à política colonial portuguesa. De acordo com as informações do embaixador alemão em Lisboa que, como era hábito, acompanhou de perto todos os encontros entre o Ministro Erhard e as diferentes

12. Nota do *Auswärtiges Amt* sobre a política ultramarina portuguesa, 10 de Março de 1961 – PA-AA, B 26, 114.

personalidades portuguesas, as «questões de política interna» e, mais especificamente, sobre os problemas das províncias ultramarinas «não foram discutidos». Pelo contrário, as declarações do Vice-Chanceler, em como se alegrava «por estar em Portugal neste momento particular» e as constantes referências à Aliança Atlântica foram interpretadas quer pelo Ministro da Presidência, Pedro Theotónio Pereira, como pelo próprio chefe de governo, Oliveira Salazar, como declarações «extremamente amigáveis» para o regime português, pelo sentido de apoio que continham. Nos restantes encontros de Erhard com Salazar falou-se da possível concessão de ajuda ao desenvolvimento português que foi posteriormente concretizada no Protocolo assinado pelo Ministro Erhard e por Theotónio Pereira a 13 de Maio de 1961.¹³ Num telegrama de 16 de Maio de 1961, a embaixada de Portugal em Bona informava que algumas declarações de Erhard tinham sido criticadas por membros do Partido Social-Democrata Alemão (SPD), nomeadamente o facto do ministro da Economia ter afirmado que Portugal era «um dos países mais dignos de confiança». Ao chegar a Bona, vindo da sua viagem pela Península Ibérica, Ludwig Erhard recusou-se a fazer declarações sobre a política ultramarina portuguesa, pois considerava que tal era uma «intromissão nos assuntos internos de um país estrangeiro», utilizando assim uma das expressões-chave da argumentação portuguesa. Erhard não se absteve, no entanto, de pedir à oposição alemã «descrição sobre todas as questões respeitantes a Portugal».¹⁴

Uma outra personalidade que não hesitou em demonstrar publicamente a sua admiração por Portugal e pelo seu chefe de governo foi Franz Josef Strauss. No entanto, interessa-nos aqui uma carta que escreveu a Salazar, em termos pessoais, por ocasião do deflagrar dos primeiros conflitos em Angola. Nesta carta, de 27 de Junho de 1961, escrita em seu nome e «independentemente de todas as relações oficiais», com base apenas em «sentimentos de amizade», o ministro alemão pretendia analisar de uma posição isenta, a situação colonial de Portugal. Esta era uma carta muito ponderada e equilibrada, onde Strauss procurava aconselhar o Presidente do Conselho nesse momento complicado para a política externa, mas também interna, de Portugal. E avisava que, apesar de ter confiança «no valente soldado português», não se podia pretender «um êxito definitivo nos domínios político e militar». Deste modo, e tendo em conta «o custo extraordinariamente elevado» das guerras coloniais e o «encargo imposto à economia nacio-

13. *Ofício da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa*, 17 de Maio de 1961 – PA-AA, B 26, 111. Para mais informações ver Fonseca (2007).

14. *Telegrama da Embaixada de Portugal em Bona*, 16 de Maio de 1961 – AHD-MNE, PAA, Maço 281, Proc. n° 922

nal», bem como «as dificuldades políticas», Strauss aconselhava o chefe de governo português a adoptar «uma solução segundo modelo britânico». Strauss revelava as suas «sérias preocupações» com o impacto que os ataques no Norte de Angola poderiam ter na metrópole, onde «uma eventual derrota no Ultramar, ou uma guerra africana sem fim» excederia as forças de Portugal, podendo mesmo «tornar-se um perigo para a estabilidade do governo» de Oliveira Salazar. Por outro lado, se Salazar aceitasse o seu conselho, haveria a possibilidade de manter boas relações com as províncias ultramarinas. Expressando os «sentimentos cordiais» de quem tinha a consciência da «importância da nação portuguesa para a existência da Comunidade Atlântica, para a Europa toda e para o povo Alemão», Strauss terminava confirmando que endividaria «todos os esforços possíveis» para que um «eficaz apoio político e económico» chegasse a Portugal, caso se adoptassem as medidas indicadas, para os quais Portugal poderia dispor «de todas as possibilidades que, pessoalmente,» Strauss possuía. De qualquer modo, o ministro despedia-se assegurando a sua «solidariedade» para com Oliveira Salazar, «seja qual for o caminho que entenda adoptar».¹⁵

A resposta de Salazar foi categórica e irredutível. Não encarava bem o facto de Strauss não distinguir os territórios de Angola e Moçambique dos restantes «territórios coloniais de África» e de considerar os acontecimentos «actuais» do noroeste de Angola como uma «verdadeira revolta nacionalista». Afirmava ainda que pretendia fazer em África o que se havia conseguido no Brasil – sociedades pluri-raciais. Salazar concordava com o Ministro da Defesa alemão que, caso se perdesse a África portuguesa, o regime português poderia cair e a ele poderia suceder um regime que «seria de frente popular e levaria directamente ao comunismo». As causas da queda do regime seriam a perda do ultramar, mas também o facto de «a política de aliança com os países da NATO de nada ter servido». E Salazar insistia: «este problema de África tem sido tratado separadamente do problema europeu, limitando-se as potências do mundo livre a ter esperança de comprar mais tarde com subsídios as posições que gratuitamente cedem agora»; contra isto era dever dos portugueses «lutar em defesa das populações negras e brancas» que estavam confiadas às administrações coloniais, pois era uma luta «pelo Ocidente».¹⁶

Eugen Gerstenmaier, presidente do Bundestag, foi outro dos políticos alemães que adoptou uma posição muito favorável a Portugal. Gersten-

15. *Carta de Frank Josef Strauss a Salazar*, 27 de Junho de 1961 – AOS/COE-3.

16. *Carta de Salazar a Franz J. Strauss* – 13 de Agosto de 1961 – AOS/COE-3. A resposta de Strauss a esta carta de Salazar é concisa e simples. Compara o problema de Angola com o de Berlim e reitera a esperança de que «as reformas introduzidas irão produzir uma influência considerada» – 7 de Setembro de 1961 – AOS/COE-3.

maier era também o presidente da *Deutsche Afrika Gesellschaft*, ou seja, Associação Alemanha-África. Foi publicado no número de Março-Maio de 1962, no *Serviço Informativo Sobre África*,¹⁷ um artigo pouco abonatório acerca da acção de Portugal nas colónias, sem conhecimento de Gerstenmaier. Este afirmou que o artigo havia sido publicado na sua ausência por uma pessoa muito influenciada por «tendências radicais». Gerstenmaier deu instruções imediatas para que no número seguinte se publicasse artigo com opinião diversa, que mais à frente analisamos. A partir desta posição de Gerstenmaier percebemos que ele era «altamente favorável à obra de Portugal em África», pelo menos até que ali se pudesse «criar um ambiente propício a uma independência sã, impedindo a infiltração comunista».¹⁸

Analisemos o conteúdo dos dois artigos, de modo a percebermos a importância da intervenção de Gerstenmaier. O primeiro artigo apresentava críticas severas à administração portuguesa das colónias. Acusava Portugal da dizimação dos negros no século XVIII (com o tráfico de escravos para América do Sul), o que justificava o facto de Angola ser o país menos densamente povoado de África. O autor deste artigo acusava ainda Portugal de ter provocado o desmembramento da autoridade tribal, que havia facilitado a soberania portuguesa e atrasado o aparecimento de movimentos independentistas. O nível de vida era «assustadoramente» baixo. A administração portuguesa era ainda acusada de evitar a criação de uma camada de nativos educados e com possibilidades de ocupar posições de dirigentes, de modo a assegurar uma posição dominante. A assimilação dos nativos era assim dificultada, os impostos eram muito elevados e existia trabalho forçado. Depois de fazer uma análise à UPA, ao MPLA e outras organizações menores, o artigo aconselhava Portugal a estabelecer relações com a UPA, uma vez que esta «não é comunista». Criticava o facto de na guerra se gastarem «os biliões que anteriormente não se queria empregar para a instrução dos indígenas». Como se pode depreender da leitura destas palavras, este artigo era muito duro para a administração portuguesa. O presidente Gerstenmaier não conseguiu «intervir a tempo» e o artigo foi publicado.

No entanto, com os «esforços pessoais» do próprio Gerstenmaier, logo se arranjou maneira de solucionar o problema. Assim, foi publicado no número seguinte da mesma revista, um artigo claramente favorável a Portugal, da autoria do Dr. Hermig Weber, que fazia uma espécie de relato de uma viagem pelas províncias portuguesas em África. Com o título

17. *Informationdienst Afrika*, órgão informativo desta associação.

18. *Ofício da Embaixada de Portugal em Bona*, Maio de 1962 – AHD-MNE, PAA, Maço 281, Proc. n.º 922.

«Ideal Português – sociedade multi-racista», este artigo podia ser lido como um hino à administração portuguesa em África. Todo o texto reflectia as posições oficiais do governo português, com críticas à atitude dos Estados Unidos perante o seu aliado, reforçando as tentativas por parte de Portugal para fomentar o desenvolvimento das colónias. O artigo informava ainda sobre a comunidade alemã em Angola. Com cerca de 900 membros, tratava-se, depois dos portugueses, do «grupo de europeus mais forte» que se sentia preso àquele território, pois «ninguém pensa deixar *este pedaço de terra alemã em África*». Transpareciam as mesmas impressões sobre Moçambique, «onde ninguém pensa capitular». Aqui, como no Brasil, a sociedade multi-racista dos portugueses estava a solidificar-se.¹⁹ Podemos assim concluir facilmente que a preocupação de Gerstenmaier seria a salvaguarda dos interesses portugueses em África, como meio de proteger a posição alemã, que seria uma mais valia para o progresso daquela província ultramarina portuguesa.

Algum tempo mais tarde, em 1964, numa conversa com o novo embaixador português em Bona, Manuel Homem de Mello, Gerstenmaier deixou o representante português «agradavelmente surpreendido com a sua posição» relativamente à política ultramarina portuguesa. O ainda Presidente do Bundestag considerava «inadmissível a política de *'chantage'* dos governos africanos» devido a uma visita sua a Angola e Moçambique, onde tinha ido apenas «para caçar» e «conhecer melhor situação das 'colónias' portuguesas». Esta visita fora «violentamente criticada» pelos dirigentes dos países negros. Gerstenmaier tinha inclusivamente vontade de ir à África do Sul ver «'in loco' a conjuntura», mas os embaixadores alemães nos países da África Negra opunham-se, «dada a reacção que provocaria a visita do Presidente do Bundestag ao país do 'apartheid'».²⁰

Um outro elemento que nos permite avaliar a posição da esfera política conservadora alemã perante a política colonial portuguesa chegava nos telegramas do embaixador português em Bona, Manuel Homem de Mello. Algumas personalidades apontadas pelo embaixador como pertencentes ao círculo próximo do Ministro dos Estrangeiros federal, Gehard Schröder, consideravam que o governo português deveria adoptar uma nova política africana, de modo a alterar a sua imagem na opinião pública mundial. Esta nova política deveria reconhecer o direito à auto-determinação «nos próximos quinze a vinte anos», período de tempo indispensável para

19. AHD-MNE, PAA, Maço 281, Proc. n° 922. Artigos publicados nos números de Março e Maio de 1962.

20. *Telegrama da Embaixada de Portugal em Bona*, 22 de Junho de 1964 – AHD-MNE, PAA, Maço 281, Proc. n° 922

que as respectivas populações atingissem «o nível suficiente» de forma a poderem governarem-se a si próprias. De acordo com a opinião dessas mesmas individualidades, isto levaria a uma mudança de atitude de certos países europeus, mas também afro-asiáticos, que esperariam esse tempo e deixariam de apoiar os movimentos nacionalistas. Por outro lado, «no prazo estabelecido», ninguém poderia prever as mutações políticas que se processariam, «mormente no que diz respeito à existência da própria ONU».²¹ Como facilmente podemos perceber, e apesar de não serem citados quaisquer nomes, estas afirmações representavam uma tentativa dos alemães para convencer os portugueses a adoptar uma política favorável à auto-determinação, de modo a acalmar a censura internacional ao intransigente colonialismo português, tentando igualmente evitar que o apoio germânico a Portugal fosse também criticado.

Conclusão

Tentámos demonstrar a importância da tomada de posição de algumas personalidades alemãs, próximas da esfera conservadora da CDU-CSU, perante a política ultramarina portuguesa. Nenhuma destas posições aqui referidas determinou ou reflectiu a política alemã perante Portugal. No entanto, a sua importância reside exactamente no facto de terem sido proferidas por personalidades de relevo na sociedade alemã, que procuraram influenciar a política de Bona, de modo a não deixar passar a impressão aos responsáveis de política portuguesa que os alemães não se interessavam por Portugal. Acima de tudo presente-se a defesa do Estado Novo de Oliveira Salazar, e não tanto a apologia da sua política colonial.

O nosso objectivo com este artigo era não só fazer uma breve descrição das relações luso-alemãs, no início da década de 1960, mas acima de tudo, tentar demonstrar como essas relações se reflectiam e como eram constrangidas pela política colonial portuguesa, especialmente no contexto de Guerra Colonial, iniciada em Angola logo em 1961.

Pelos exemplos escolhidos, julgamos que ficou claro que, para a República Federal da Alemanha, Portugal era importante acima de tudo pela posição estratégica do arquipélago dos Açores. Isto era verdade durante os anos iniciais das relações luso-alemãs, mas também ao longo da década de 1960. O que era importante para a RFA era a manutenção de um regime anti-comunista, cristão e conservador, que lutasse pelos valores do Ocidente. Se para tal era necessário apoiar o Estado Novo na manutenção pela força do seu Império, então era um risco a correr. E a Alemanha Federal correu esse

21. *Telegrama da Embaixada de Portugal em Bona*, 21 de Junho de 1963 – AHD-MNE, PAA, Maço 281, Proc. n° 922.

risco, quer em termos de apoio militar ao governo de Lisboa, quer no apoio político, mais velado, nunca afirmado publicamente pelas altas individualidades do Estado, mas através dos contactos pessoais com os governantes portugueses. Percebemos também pelos exemplos seleccionados que se dava frequentemente visitas de personalidades alemãs a Portugal, o que é por si só um elemento importante ao analisarmos as relações luso-alemãs. Numa década de crise, em que o criticismo à política colonial do regime português era crescente, a presença constante – pelo menos uma vez por ano – de alemães com cargos políticos relevantes demonstrava que para a RFA se deveria separar a política colonial do regime em si.

Bibliografia

Fontes

AHD-MNE, PAA, Maço 281, Proc. nº 922.

Auswaertiges Amt sobre a política ultramarina portuguesa, 10 de Março de 1961 – PA-AA, B 26, 114.

Carta de Frank Josef Strauss a Salazar, 27 de Junho de 1961 – AOS/COE-3.

Carta de Salazar a Franz J. Strauss, 13 de Agosto de 1961 – AOS/COE-3.

Informationdienst Afrika, órgão informativo desta associação.

Memorial sobre Relações Militares Luso-Alemãs, 19 de Janeiro de 1968 – Arquivo Histórico Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHD-MNE), PEA, Proc. nº 332,30, Maço 337.

Ofício da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa, 17 de Maio de 1961 – PA-AA, B 26, 111.

Ofício da Embaixada de Portugal em Bona, Maio de 1962 – AHD-MNE, PAA, Maço 281, Proc. nº 922.

Portugal-Alemanha. Boletim de Informação da Câmara de Comercio Alemã, 1 (1955)..

Relato das conversações entre SS. EE. os Ministros da Alemanha e de Portugal, 16 de Janeiro de 1960 – Arquivo Oliveira Salazar (AOS)/Correspondência Oficial (CO)/GR-10.

Telegrama da Embaixada de Portugal em Bona, 16 de Maio de 1961 – AHD-MNE, PAA, Maço 281, Proc. nº 922.

Telegrama da Embaixada de Portugal em Bona, 21 de Junho de 1963 – AHD-MNE, PAA, Maço 281, Proc. nº 922.

Telegrama da Embaixada de Portugal em Bona, 22 de Junho de 1964 – AHD-MNE, PAA, Maço 281, Proc. nº 922.

Estudos

- Ash, Timothy Garton (1994), *In Europe's Name. Germany and the divided Continent*. London: Vintage.
- Fonseca, Ana Mónica (2007), *A Força das Armas: o apoio da República Federal da Alemanha ao Estado Novo (1958-1968)*. Lisboa: Instituto Diplomático.
- Hacke, Christian (2003), *Die Aussenpolitik der Bundesrepublik Deutschland. Von Konrad Adenauer bis Gerhard Schröder*. Berlin: Ullstein.
- Haftendorn, Helga (2001), *Deutsche Aussenpolitik, zwischen Selbstbeschränkung und Selbstbehauptung: 1945-2000*. Stuttgart: Deutsche Verlag.
- Hanrieder, Wolfram F. (1989), *Germany, America, Europe. Forty Years of German Foreign Policy*. London: Yale University Press.
- Nogueira, Franco (2000), *Salazar*. Vol. V. A Resistência (1958-1964), Porto: Editora Civilização.
- Rodrigues, Luís Nuno (2005), *No Coração do Atlântico. Os Estados Unidos e os Açores (1939-1948)*. Lisboa: Prefácio.
- Rodrigues, Luís Nuno (2002), *Salazar- Kennedy: A Crise de uma Aliança*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Zimmerer, Jürgen (2003), «'Der bestregierte Staat Europas': Salazar und sein 'Neues Portugal' im konservativen Abendland-Diskurs der frühen Bundesrepublik Deutschland». In: Grossegese, Orlando *et al.* (Eds.), *Portugal – Alemanha – Brasil*. Actas do VI Encontro Luso-Alemão. Volume I, Braga: Universidade do Minho/Centro de Estudos Humanísticos (pp. 81-101).